



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

REF.ª 029/CMF/DCNAC/2024

**PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL POR CONSULTA PRÉVIA PARA PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DO EVENTO “FUNCHAL CLIMATE WEEK”**

CADERNO DE ENCARGOS



Município do Funchal

PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL POR CONSULTA PRÉVIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DO EVENTO “FUNCHAL CLIMATE WEEK”

Cláusula 1.ª

Objeto

1 - O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, na sequência do procedimento pré-contratual por consulta prévia, que tem por objeto principal a prestação de serviços de organização do evento “Funchal Climate Week”, de acordo com as especificações técnicas constantes das cláusulas técnicas do presente Caderno de Encargos.

2 – O objeto do contrato a celebrar está classificado com o código de Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV) 79951000-5 – Serviços de organização de seminários, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro de 2002 (versão consolidada).

Cláusula 2.ª

Contrato

1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.

2 - O contrato integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimientos dos erros e omissões do Caderno de Encargos, identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo prestador do serviço.

3- Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas a) a e) do número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelo prestador do serviço, nos termos do disposto no artigo 101.º do CCP.

5 - Além dos documentos indicados no n.º 2, o prestador do serviço obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, assegurar a articulação com outras entidades para



Município do Funchal

PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL POR CONSULTA PRÉVIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DO EVENTO “FUNCHAL CLIMATE WEEK”

garantir a boa prestação dos serviços, e as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.

Cláusula 3.^a

Duração do contrato

O contrato mantém-se em vigor desde a sua assinatura e até 22 de fevereiro de 2025, prevendo-se nesta data a conclusão dos serviços em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato

Cláusula 4.^a

Obrigações principais do prestador de serviços

1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorre para o prestador de serviços às seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de fornecer todos os serviços e materiais de acordo com as especificidades técnicas indicados no Anexo 1 e demais exigências previstas na legislação em vigor;
- b) Obrigação do prestador de serviço em planear e coordenar a aquisição integral de bens e serviços necessários para o desenvolvimento de atividades do evento “Funchal Climate Week”;
- c) Cumprir com o estipulado no Programa do Evento, quer em termos da tipologia de atividade, quer em termos dos horários estipulados;
- d) Prestar de forma correta e fidedigna, sem qualquer omissão, as informações referentes às condições de aquisição de material, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem, ao nível contratual e técnico;
- e) Produzir a documentação técnica de apoio e eventuais reuniões de acompanhamento ou de esclarecimento da prestação de serviço;
- f) Não alterar as condições da prestação dos serviços e executá-la integral e pontualmente de acordo com as especificações do presente Caderno de Encargos.
- g) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a locação, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;



Município do Funchal

PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL POR CONSULTA PRÉVIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DO EVENTO “FUNCHAL CLIMATE WEEK”

- h) Manter o sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios à execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidas;
- i) Ter na direção dos trabalhos, um técnico devidamente habilitado, e designar um interlocutor que articule diretamente com o Município do Funchal durante a preparação e realização do evento “Funchal Climate Week”.

2 – A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

3 - O prestador de serviços obriga-se a garantir que os bens e serviços a desenvolver no âmbito das suas obrigações contratuais observa todas as normas legais, programáticas e regulamentares aplicáveis.

4 - Obrigação de prestar à entidade adjudicante, em qualquer tempo na pendência da prestação de serviços, todas as informações e esclarecimentos relativos à sua prestação, em especial em conformidade com as cláusulas do presente Caderno de Encargos;

5 - Obrigação de responsabilidade pelos atos praticados por todas as pessoas que, no âmbito do contrato a celebrar, exerçam funções ou realizem tarefas por sua conta, considerando-se para esse efeito como órgãos ou agentes do prestador de serviço;

6 - Obrigação de prestar o apoio técnico necessário ao longo da realização da prestação de serviços, nomeadamente no que respeita à clarificação de todos os critérios e metodologias a aplicar na execução das tarefas nelas incluídas.

Cláusula 5.^a

Cumprimento do artigo 419º-A CCP

O prestador de serviços obriga-se ao cumprimento do disposto no artigo 419º-A do Código dos Contratos Públicos, por força do previsto no artigo 451º do referido Código.



Município do Funchal

PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL POR CONSULTA PRÉVIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DO EVENTO “FUNCHAL CLIMATE WEEK”

Cláusula 6.ª

Forma de prestação do serviço

1 - O prestador de serviços fica responsável pelo planeamento, logística e operacionalização dos bens e serviços, identificados nas cláusulas técnicas do presente Caderno de Encargos, como elemento gestor para a sua plena realização.

2 - Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a manter, com periodicidade adequada ao desenvolvimento dos trabalhos nos prazos previstos, reuniões de coordenação com os representantes da Câmara Municipal do Funchal, sendo posteriormente partilhado entre os presentes o conteúdo da reunião por email.

2 - As reuniões previstas no número anterior devem ser convocadas por email, pelo prestador de serviços, sendo anexada a agenda prévia da respetiva reunião. Os endereços de email dos representantes da Câmara Municipal do Funchal serão comunicados ao prestador de serviços também por email.

4 - No final da execução do contrato, o prestador de serviços deve elaborar um relatório final, discriminando os principais acontecimentos e atividades ocorridos.

Cláusula 7.ª

Fases da prestação do serviço

Os serviços objeto do contrato, com vista à realização do evento “Funchal Climate Week”, devem dar cumprimento a todas as normas legais, programáticas e regulamentares aplicáveis, e compreendem as seguintes fases:

- a) Fase 1 – Preparação e planeamento da logística associada aos serviços objeto do contrato.
- b) Fase 2 – Execução dos trabalhos para realização dos serviços objeto do contrato.
- c) Fase 3 – Produção de relatório com balanço sobre evento “Funchal Climate week”.

Cláusula 8.ª

Direitos de propriedade e de autor

São da responsabilidade do prestador de serviços, quaisquer encargos decorrentes da utilização, no âmbito da execução do contrato, de direitos de propriedade intelectual ou industrial.

Cláusula 9.ª

Informação e sigilo



Município do Funchal

PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL POR CONSULTA PRÉVIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DO EVENTO “FUNCHAL CLIMATE WEEK”

- 1- O prestador de serviços deve prestar à entidade adjudicante todas as informações que esta lhe solicitar e que sejam necessárias à fiscalização do modo de execução do contrato, devendo, de igual forma, a entidade adjudicante satisfazer os pedidos de informação formulados pelo prestador de serviços e que respeitem a elementos técnicos na sua posse, cujo conhecimento se mostre necessário à execução do contrato.
- 2- A entidade adjudicante e o prestador de serviços guardam sigilo sobre quaisquer matérias sujeitas a segredo nos termos da lei às quais tenham acesso por força da execução do contrato.

Cláusula 10.^a

Conformidade e operacionalidade dos serviços

- 1 - O prestador de serviço obriga-se a entregar à entidade adjudicante os bens e serviços objeto do contrato de acordo com as características técnicas previstas no presente Caderno de Encargos.
- 2 – Os bens, objeto do contrato, devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.
- 3 - O prestador de serviços é responsável perante o Município, por qualquer defeito ou discrepância do/s objeto/s do contrato que exista no momento em que os materiais são fornecidos.
- 4 - É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.

Cláusula 11.^a

Entrega dos materiais objeto do contrato

- 1 – A entrega dos bens e prestação dos serviços serão na Praça do Município e Centro Cultural e Investigação do Funchal, de acordo com o indicado nas cláusulas técnicas.
- 2 - Com a entrega dos materiais, ocorre a transferência da posse e propriedade daquele para o contraente público, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor;
- 3 - Todas as despesas e custos com o transporte e entrega nas instalações da entidade adjudicante dos materiais objeto do contrato, são da responsabilidade do prestador de serviço.



Município do Funchal

PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL POR CONSULTA PRÉVIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DO EVENTO “FUNCHAL CLIMATE WEEK”

Cláusula 12.^a

Obrigações da Câmara Municipal do Funchal

- 1 - A Câmara Municipal do Funchal, enquanto entidade adjudicante, deverá prestar ao prestador do serviço toda a colaboração e informação que entender necessária, para o bom cumprimento dos trabalhos.
- 2 - Obrigação de pagamento dos materiais e serviços adquiridos de acordo com as condições acordadas no presente Caderno de Encargos.

Cláusula 13.^a

Montagem e Desmontagem dos materiais

- 1 – Sempre que as suas especificadas técnicas e a finalidade do material, previstos no presente Caderno de Encargos, impliquem montagem e desmontagem de material e/ou estruturas, as mesmas serão feitas em local a indicar pela entidade adjudicante.
- 2 - Todas as despesas e custos que advenham das montagens e desmontagens referidas no número anterior, são da responsabilidade do prestador do serviço.

Cláusula 14.^a

Preço Base e Preço contratual

- 1- O preço base do presente procedimento não pode, em qualquer caso, ser superior **€ 64.605,87 (sessenta e quatro mil seiscientos e cinco euros e oitenta e sete cêntimos)** ao qual acresce IVA à taxa legal aplicável, que corresponde ao parâmetro base do preço, isto é, ao valor máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.
- 2- O preço base foi definido com base numa consulta preliminar efetuada prevista no artigo 35.º-A do CCP, nos termos do n.º 3 do artigo 47.º do CCP.
- 3- Pelo objeto do contrato, o Município do Funchal deve pagar ao prestador de serviço o preço constante da proposta adjudicada, sendo esse o preço contratual, acrescido de IVA à taxa legal aplicável.
- 4 - O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, nomeadamente, os relativos ao transporte do



Município do Funchal

PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL POR CONSULTA PRÉVIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DO EVENTO “FUNCHAL CLIMATE WEEK”

serviço objeto do contrato para o respetivo local de entrega, nomeadamente os seguros, fretes, taxas alfandegárias, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

5 – Só após o fornecimento dos bens e serviços objeto do contrato e da confirmação por parte dos serviços do Município do Funchal da boa receção dos mesmos, o prestador do serviço emite e envia à entidade adjudicante a respetiva fatura.

Cláusula 15.^a

Condições de pagamento

1- As quantias devidas pelo Município do Funchal, serão pagas no prazo de 30 (trinta) a 60 (sessenta) dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento das obrigações respetivas (após a entrega dos respetivos bens e prestação dos serviços).

2- Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a execução da prestação de serviços objeto do contrato a que respeita a fatura.

3- A fatura deve incluir a indicação do número de compromisso atribuído ao contrato, sob pena de devolução.

4 – As faturas deverão discriminar os bens e serviços fornecidos, bem como, identificar o local onde foram entregues.

5- Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

6- Não podem ser propostos adiantamentos por conta dos serviços a prestar.

7- O cocontratante pode emitir faturas eletrónicas, nos termos do artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos, e demais legislação em vigor.



Município do Funchal

PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL POR CONSULTA PRÉVIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DO EVENTO “FUNCHAL CLIMATE WEEK”

8- Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária ou cheque.

9- As faturas a emitir pelo Cocontratante **devem ser dirigidas ao endereço de correio eletrónico: facturas@funchal.pt e com conhecimento do Gestor do Contrato.**

10- As faturas devem cumprir o preceituado no Art.º 36.ª do CIVA, e enviadas, o mais breve possível, para o Município do Funchal, através endereço eletrónico descrito no ponto anterior.

Cláusula 16.ª

Caução

De acordo com o disposto no artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação, não é exigível a prestação de caução destinada a garantir o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, nem se irá proceder à retenção dos pagamentos a efetuar pela entidade adjudicante.

Cláusula 17.ª

Penalidades contratuais

1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, quer sob a forma de mora, não cumprimento definitivo ou cumprimento defeituoso do contrato, o Município do Funchal pode exigir ao prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

- a) Pelo incumprimento sob a forma de mora dos prazos da realização da prestação de serviços, na proporção de 5% do preço contratual, nos termos do artigo 329.º n.º 1 e 2 do CCP.
- b) Pelo cumprimento defeituoso da prestação de serviços nos exatos termos, requisitos e especificações técnicas fixados no Caderno de Encargos, que não seja eliminado no prazo de 10 dias, no valor de 5% do preço contratual, de acordo com o artigo 329.º n.º 1 e 2 do CCP.
- c) Em caso de resolução do contrato por incumprimento definitivo do contrato imputável ao prestador de serviços, a entidade adjudicante, pode exigir uma pena pecuniária de 9% do preço contratual.

2 – O valor acumulado das sanções a que se refere o número anterior, não pode exceder 20% do preço contratual.



Município do Funchal

PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL POR CONSULTA PRÉVIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DO EVENTO “FUNCHAL CLIMATE WEEK”

3 – Nos casos em que seja atingido o limite fixado no número anterior, e a entidade adjudicante decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, o limite é elevado para 30% do preço contratual.

4 - Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

5 - Para aplicação das sanções pecuniárias, o Município do Funchal deve alertar o prestador de serviços que existe uma situação de incumprimento, quer sob a forma de mora, quer sob a forma de cumprimento defeituoso.

6 - No caso de cumprimento defeituoso a entidade adjudicante deve exigir ao prestador de serviços que, no prazo de 10 dias úteis, os defeitos sejam eliminados e a execução do contrato seja exata e pontualmente cumprida.

7 – Os atos de aplicação de multas pela entidade adjudicante são definitivos e executórios.

8 – A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias aplicadas nos termos da presente Cláusula.

9 – O valor das sanções é descontado na fatura relativa ao período em que se deu o facto que originou a sua aplicação.

10 - As penas pecuniárias previstas na presente Cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 18.^a

Força maior

1 – Na fase de execução do contrato não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havido como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 – Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios



Município do Funchal

PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL POR CONSULTA PRÉVIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DO EVENTO “FUNCHAL CLIMATE WEEK”

internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 – Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

6 – Salvo quando a natureza duradoura do vínculo contratual e o decurso do tempo o justifiquem, a modificação só é permitida quando seja objetivamente demonstrável que a ordenação das propostas avaliadas no procedimento de formação do contrato não seria alterada se o caderno de encargos tivesse contemplado essa modificação.

Cláusula 19.^a

Resolução por parte da entidade adjudicante

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato, o Município do Funchal pode resolver o contrato com base nos artigos 325.º, 334.º e 335.º do CCP, e/ou ainda a título sancionatório, caso o prestador de serviços viole de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações a que está adstrito, conforme previsto no artigo 333.º daquele diploma.



Município do Funchal

PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL POR CONSULTA PRÉVIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DO EVENTO “FUNCHAL CLIMATE WEEK”

2 – Verificando-se uma situação de incumprimento por facto imputável ao prestador de serviços, considera-se haver incumprimento definitivo quando, após advertência e aplicação de sanção, este continue a incorrer em incumprimento.

Cláusula 20.^a

Resolução por parte do prestador de serviços

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato nas situações previstas no artigo 332.º do CCP, designadamente:

- a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, quando a resolução não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do prestador de serviços ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença;
- b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao contraente público;
- c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pela entidade adjudicante por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25 % do preço contratual, excluindo juros;
- d) Exercício ilícito dos poderes tipificados no capítulo sobre conformação da relação contratual pelo contraente público, quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;
- e) Incumprimento pela entidade adjudicante de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato.

2 – No caso plasmado na alínea c) do número anterior, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao contraente público, que produz efeitos 30 dias após a sua receção, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

3 – Nos restantes casos previstos na lei, o direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem.

Cláusula 21.^a

Gestor do contrato

O responsável, gestor do contrato é a senhora Dr.^a Olga Camacho, Chefe de Divisão da Conservação da Natureza e Alterações Climáticas, e-mail olga.camacho@funchal.pt



Município do Funchal

PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL POR CONSULTA PRÉVIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DO EVENTO “FUNCHAL CLIMATE WEEK”

Cláusula 22.^a

Confidencialidade e Proteção de Dados Pessoais

1. O prestador do serviço obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pela entidade adjudicante ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.
2. Os dados pessoais a que o prestador do serviço tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante ao abrigo do contrato serão tratados em estrita observância das regras e normas da entidade adjudicante.
3. O prestador do serviço compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pela entidade adjudicante.
4. No caso em que o prestador do serviço seja autorizado pela entidade adjudicante a subcontratar outras entidades para a prestação de serviços, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.
5. O prestador do serviço obriga-se a garantir que as empresas por este subcontratadas cumprirão o disposto na Lei da Proteção de Dados Pessoais e na demais legislação aplicável, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o prestador do serviço celebra com outras entidades por si subcontratadas.
6. O prestador do serviço obriga-se a cumprir rigorosamente o disposto na LPDP e demais legislação aplicáveis em matéria de tratamento de dados pessoais e nomeadamente a:
 - a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante única e exclusivamente para efeitos da prestação dos serviços objeto deste contrato;
 - b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;
 - c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;



Município do Funchal

PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL POR CONSULTA PRÉVIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DO EVENTO “FUNCHAL CLIMATE WEEK”

- d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a entidade adjudicante esteja vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
- e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da entidade adjudicante contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;
- f) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato.

7. O prestador do serviço será responsável por qualquer prejuízo em que a entidade adjudicante venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.

8. Para efeitos do disposto no número anteriores da presente cláusula entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços à adjudicatária, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o prestador do serviço e o referido colaborador.

9 - A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra.

10 – A entidade adjudicante compromete-se a cumprir integralmente e sem reservas com o estipulado na Lei de Proteção de Dados.

Cláusula 23.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 24.^a

Subcontratação, cessão de créditos e da posição contratual

1 - A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.



Município do Funchal

PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL POR CONSULTA PRÉVIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DO EVENTO “FUNCHAL CLIMATE WEEK”

2 - A cessão de créditos só se efetuará mediante a autorização prévia, escrita, do órgão competente da Entidade Adjudicante, nos termos da legislação aplicável.

Cláusula 25.^a

Contagem dos prazos

Os prazos durante a execução do contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Artigo 26.^a

Comunicações e notificações

1 – Na fase de formação de contrato todas as comunicações entre a entidade adjudicante e os operadores económicos, interessados, concorrentes e prestador do serviço são efetuadas através da plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov, disponível em www.acingov.pt.

2 – Em sede de execução contratual, todas as comunicações entre o contraente público e o prestador de serviços são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado para o domicílio ou sede de cada uma, identificados no contrato, por correio eletrónico ou fax.

3 – Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 27.^a

Legislação aplicável

Em tudo o que for omissa no presente caderno de encargos devem aplicar-se as normas do Código dos Contratos Públicos, aprovado e publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, adaptado à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, ambos nas suas atuais redações e demais legislação avulsa.



Município do Funchal

PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL POR CONSULTA PRÉVIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DO EVENTO “FUNCHAL CLIMATE WEEK”

ANEXO I

CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 28.^a

Cláusulas Técnicas

- 1- As presentes especificações técnicas, quando fizerem referência a alguma marca deverão ser interpretadas com a expressão «**ou equivalente**», nos termos do artigo 49.º do CCP.
- 2 - As imagens ou outros elementos gráficos a imprimir ou estampar (ou outra técnica de reprodução ou impressão), caso estejam contemplados, serão fornecidos aquando da assinatura do contrato pelo gestor do mesmo, em formatos editáveis, cuja reprodução fora do âmbito da execução do presente contrato é totalmente proibida;
- 3 - O concorrente deverá apresentar a sua proposta tendo em conta as especificações técnicas indicadas nas cláusulas seguintes.

Cláusula 29.^a

Oradores

- 1 – Deslocação de vinda e regresso (avião) para o Funchal, transfers de ida e volta do Aeroporto da Madeira – Alojamento, e alojamento em hotel também no Funchal, em regime de B&B de 19 a 22 de fevereiro de 2025, para 10 oradores, que serão indicados pelo Município do Funchal;
- 2 – O Município será a entidade que oficialmente endereçará os convites para os oradores, através dos seus serviços internos.
- 2 - Pagamento de honorários, caso se aplique, no valor máximo de € 1.200,00, por orador;

Cláusula 30.^a

Organização de serviço de catering e almoço

- 1- Serviço de catering para dia 17 de fevereiro com as seguintes características:
 - a) Uma estação de café em cafeteiras;



Município do Funchal

PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL POR CONSULTA PRÉVIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DO EVENTO “FUNCHAL CLIMATE WEEK”

- b) Duas opções de chá com ervas naturais;
- c) Disponibilização de água e água aromatizada;
- d) Disponibilização de sumo de laranja natural;
- e) Sortido de frutos secos;
- f) Mini quiches de vegetais;
- g) Mini sortidos de pastelaria doces e salgados;
- h) Espetadinhas de fruta;
- i) Serviço para 60 pessoas;
- j) Um colaborador para apoio ao serviço, de 2 horas.
- k) Mobiliário necessário para montagem do serviço de catering;

2 - Serviço de catering para dia 20 e 21 de fevereiro com as seguintes características:

- a) Duas estações de café em cafeteiras;
- b) Duas opções de chá com ervas naturais;
- c) Disponibilização de água e água aromatizada;
- d) Disponibilização de sumo de laranja natural;
- e) Sortido de frutos secos;
- f) Mini quiches de vegetais;
- g) Mini sortidos de pastelaria doces e salgados;
- h) Espetadinhas de fruta;
- i) Serviço para 100 pessoas, em cada dia;
- j) Dois colaboradores para apoio ao serviço, de 4 horas;
- k) Mobiliário necessário para montagem do serviço de catering.

3 - Serviço de almoço em unidade hoteleira ou restaurante de referência, no centro do Funchal, para 20 pessoas, com serviço de prato, um menu de 3 cursos, água, sumos ou vinho tinto/branco durante a refeição e café, no dia 21 de fevereiro de 2025.

4 - Todos os itens referidos na presente cláusula deverão ter em consideração critérios de sustentabilidade e de redução de resíduos.

5 - O preço deverá incluir a totalidade dos serviços associados.



Município do Funchal

PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL POR CONSULTA PRÉVIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DO EVENTO “FUNCHAL CLIMATE WEEK”

Cláusula 31.^a

Produção, divulgação e transmissão de conteúdos multimédia

1 - Produção de vídeos resumos, com as seguintes especificações:

- a) 5 vídeos resumo de 30 segundos a apresentar no dia seguinte à recolha de imagens;
- b) 1 vídeo resumo do total do evento com 1m30 segundos a entregar nos 2 dias uteis seguintes.
- c) 5 dias de recolha de imagem em vídeo, câmara e 1 dia de drone, com qualidade 4K, Edição e grafismo do vídeo resumo, Voz-off e direitos.

2 - Produção de spots publicitários:

- a) Produção de 1 spot publicitário-semana, de 30 a 40 segundos e com qualidade HD para site, redes sociais e outros formatos;

3 - Transmissão em livestream de conferências:

- a) 2 transmissões em livestream, em qualidade HD, em plataforma de site e rede social;
- b) Transmissão livestream nos dias 20 e 21 de fevereiro, no horário definido da proposta de programa em anexo.

4 - Curtas Metragens:

- a) Aquisição dos direitos de emissão de conjunto de curtas metragens para ciclo de cinema temático;
- b) As curtas metragens são:
 - i. “Rethinkin g cities” - de Javier Cumella Jordán;
 - ii. “Garrano” - de Vasco Sá & David Doutel;
 - iii. “Après le rouge” – de Marie Sizorn;
 - iv. “Estrellas del desierto” – de Katherina Harder;
 - v. “Strangers in The Dark” – de Jenni Pystynen & Perttu Inkilä;
 - vi. “(Plastik)” – de Philip Rom.
- c) Todas as curtas metragens deverão possuir legendas, em português de Portugal.

5 – Licenciamento



Município do Funchal

PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL POR CONSULTA PRÉVIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DO EVENTO “FUNCHAL CLIMATE WEEK”

- a) Pagamento da licença necessária para emissão de conteúdos musicais a SPA – Sociedade Portuguesa de Autores, em nome da Câmara Municipal do Funchal.

Cláusula 32.^a

Exposição e livro em Banda Desenhada

1 - Desenvolvimento de argumento, ilustração, arte-final e cor para 3 cenários diferentes, com um número de 36 pranchas em banda desenhada, com as seguintes especificações:

- a) O argumento deverá ter como base o tema das alterações climáticas, o futuro do nosso planeta e a sustentabilidade;
- b) A narrativa ficcionada deverá fazer alusão ao território do Funchal;
- c) A dimensão das pranchas de cada prancha corresponde ao ISO A0;
- d) Obrigatoriedade do Município do Funchal reservar o direito de indicar alterações no argumento e ilustrações finais, se assim o entender, bem como aprovar previamente a versão final das mesmas;
- e) As 36 pranchas deverão ter legendagem e pré-produção digital para impressão em PVC;
- f) Prazo de envio da arte final é de 3 semanas antes do início do evento.

2 - Suportes para exposição de pranchas de banda desenhada, com as seguintes especificações:

- a) Conceção e construção de suportes em madeira, do tipo pinho;
- b) Quantidade de suportes é de 21;
- c) Dimensão dos suportes deverá ser compatível para comportar prancha A0;
- d) A moldura dos suportes deverá possuir um rebaixamento de 6mm, para acomodar placas de PVC;
- e) A altura dos suportes deverá permitir a adequada visualização das pranchas;
- f) Estruturas deverão possuir sistema de montagem, desmontagem e articulação entre si;
- g) Prazo de entrega das estruturas é uma semana antes do início do evento.